

## **PARTIDOS POLÍTICOS E SAÚDE**

### **Introdução**

O objetivo do presente trabalho é o de analisar o potencial político dos partidos nas lutas por saúde; principalmente por entender seu papel estratégico na formulação de um novo projeto de sociedade. O partido pode ser também um importante elemento para a organização e luta dos trabalhadores.

No caso brasileiro, os partidos passam por uma história marcada por períodos de ditadura e de redemocratização da sociedade. Na década de 1990 propostas e pautas dos anos 1980 vão sendo redimensionadas e flexibilizadas.

Desta forma, considera-se importante uma pesquisa que busque identificar o lugar da saúde nas propostas dos partidos políticos; tendo como eixos de análise: a concepção dos partidos sobre Saúde, Sistema Único de Saúde, Controle Social e Financiamento; principais bandeiras de luta. O trabalho apresenta inicialmente uma breve história dos partidos políticos no Brasil do período que vai desde a distensão política até a atualidade; passando em seguida para o debate em torno dos partidos políticos e a saúde e pontuando algumas considerações, ainda que preliminares.

### **Breve história dos partidos no Brasil: da distensão política ao século XXI.**

Utilizando como ponto de partida para a análise o processo de distensão política, podemos identificar no período um sistema com dois partidos legais, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que figuravam no cenário político. Este último com apoio de alguns partidos de esquerda que a época estava na clandestinidade, colocou em cena debates sobre a conjuntura nacional, expressando oposição à ditadura vigente. Com o crescimento do MDB principalmente nas grandes capitais e a deslegitimação da ARENA, no pleito de 1976 a saída posta é a extinção da ARENA, em 1979 é votado um projeto de reformulação partidária, no qual são extintos tanto o ARENA, quanto o MDB e são criados outros seis partidos: o PMDB (diretamente do MDB), o PDS - Partido Democrata Social (da ARENA), o PP – Partido Popular (provenientes dos conservadores do MDB), o PTB e o PDT (trabalhistas) e o PT (que surge das bases sindicais, em 1981) (BRAVO, 2007).

Neste contexto, o movimento por eleições diretas emergia na sociedade civil e organizada com a participação do PMDB. Através de uma Proposta de Emenda Constitucional, que posteriormente, foi negada, mas que possibilitou a articulação de forças através da Aliança Democrática, formalmente constituída pelo PMDB e PFL, de modo que sua base congregava posições político- ideológicas heterogêneas, mas que significou, com a vitória de Tancredo Neves, uma ruptura formal com o período ditatorial, abrindo caminho para o processo democrático.

Nos idos de 1987, as medidas de ajuste da economia não estavam obtendo resultado esperado, a inflação contra-atacava fazendo deteriorar as contas públicas, aumentando a dívida externa e gerando desaquecimento econômico (BEHRING, 2003). Ao mesmo tempo, no plano político, o PMDB vai perdendo espaço no governo Sarney, até distanciar-se totalmente, resultando na dissolução da Aliança Democrática, de modo que o governo passa a ser sustentado pelo “Centrão”- PFL e PDS, resultando num “giro conservador”.

O grupo do PMDB que se afasta do governo vai lutar na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), juntamente com outros partidos mais a esquerda como PT, PDT e PC do B, sendo esta o *locus* dos principais acontecimentos políticos de luta pela democratização.

Neste cenário, visualiza-se o crescimento eleitoral expressivo do PT, resultante da organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, vê-se o surgimento de novos partidos, tais como o PPS, em 1992, resultado de divisão interna do PCB; o PSTU, em 1994, de dissidências do PT e o PCB refundado em 1995.

No início da década de 1990, com o reordenamento das relações entre o centro e a periferia, de ajustamento global, mostrava persistente o cenário econômico de aumento da dívida pública, queda de investimento no setor público, recomposição e a modernização da indústria, aumento da inflação entre outros. Este cenário “será o fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal; paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público; sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma situação social gravíssima” (BEHRING, 2003, p. 137).

Neste contexto, ganha as eleições Fernando Collor de Mello que disputou as eleições com Luis Inácio Lula da Silva. O novo governo já apresentava características neoliberais, com a chamada Reforma Estrutural, que contemplava propostas de privatizações, redução das tarifas aduaneiras, abertura comercial, etc (BEHRING, 2003).

O governo seguinte foi presidido por Fernando Henrique Cardoso (FHC) vinculado ao PSDB que, de fato, amplia e aprofunda o pacote de reformas já previstas no governo Collor de Mello. Obtendo como principais resultados: a consolidação do Plano Real, a flexibilização das relações de trabalho, a desregulamentação dos mercados financeiros e uma profunda privatização.

Após oito anos de mandato, encerra-se o período FHC que vinha de uma grave crise econômica e inicia-se a disputa eleitoral entre Luis Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB). O temor dos agentes do mercado era a da candidatura de um político de esquerda devido as medidas que este poderia tomar. Assim, Lula que já vinha de três eleições fracassadas, escreve a Carta aos brasileiros, ou seja, um compromisso com o mercado de cumprimento de todas as metas e obrigações do governo anterior.

O governo Lula tem mostrado, em muitos aspectos, de continuidade com o de FHC. Assistiu-se a Reforma da Previdência e Universitária, a manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU), a tentativa de Reforma Tributária. E, a partir de divergências dentro do PT surge o PSOL, em 2004, com a saída vários militantes do PT.

### **Partidos Políticos e Saúde: Tensões do debate**

No movimento pela democratização e universalização da saúde participaram a sociedade civil organizada, determinadas categorias profissionais, intelectuais, professores e partidos políticos na construção do Projeto da Reforma Sanitária. Observa-se, na atualidade, segundo Bravo (2007) dois projetos em disputa: o Projeto de Reforma Sanitária construído nos anos 1980, que tem como base o Estado Democrático de Direito, e o Projeto Privatista, que preconiza o Estado Mínimo, dos anos 1990.

A investigação procura identificar como os partidos políticos se colocam diante dessas questões<sup>1</sup>. No que concerne ao direito à saúde todos os partidos, com exceção do PPS (por falta de menção) são unânimes em afirmar o direito à saúde

---

<sup>1</sup> Os partidos selecionados para a pesquisa são: PCB; PC do B; PSOL; PSTU; PT; PDT; PPS; PMDB; PSB; PSDB; DEM e PV. As análises feitas partem de pesquisa bibliográfica e documental nos últimos Estatutos, Programas e Resoluções Congressuais dos referidos Partidos Políticos.

como pública e dever do Estado, mesmo que de modo genérico. No que se refere a privatização e terceirização, os partidos de esquerda ou de centro-esquerda como: PCB, PC do B, PSOL, PSTU, PT, PDT são contrários a privatização e terceirização. Já o PPS e o DEM não são contrários as privatizações e terceirizações em caso de empresas nacionais; o PSDB defende as Parcerias Público-Privado - PPP. O que se mostra contraditório, ao passo que defendem o direito à saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

Quanto a participação e controle social, o PCB, PC do B, PT, PDT, PPS, apontam a perspectiva de participação popular e controle social na saúde. Entretanto, o governo do PT tem mostrado o contrário. Prevalece uma despolitização no tocante a participação e ao controle social. A instância máxima de participação e controle social como é o caso do Conselho Nacional de Saúde- CNS é desconsiderado como no caso da proposta de criação das Fundações de Direito Privado entre outros.

Com relação ao financiamento e dívida externa apenas quatro partidos tem proposta de aumento dos recursos para a saúde o PSTU, PDT, PT e DEM. E, destes, somente o PSTU fala em não pagamento da dívida externa. Os demais ou não mencionam a questão por completo, atendo-se somente ao não pagamento da dívida externa. Sendo que PSB e PSDB não tratam de nenhuma das duas questões.

O que a pesquisa apontou até agora é um distanciamento das questões relativas à saúde nos programas políticos dos partidos políticos, que são tangenciadas no debate. Além disso, observa-se uma ausência dos discursos e propostas da Reforma Sanitária que englobem questões como: universalização; caráter público; sistema nacional; participação popular e saúde. Além disso, a Constituição Federal 1988 é pouco relacionada ao SUS e à Política de Saúde, havendo um descolamento das questões tratadas isoladamente.

Não se identificou na atualidade nenhum partido com o protagonismo para o fortalecimento do Projeto de Reforma Sanitária como o realizado pelo PCB, nos anos 1980. Os partidos que tiveram destaque no processo da Constituinte e defenderam a bandeira da Reforma Sanitária se afastaram de suas propostas, a partir dos anos 1990.

No que se refere ao governo atual, os partidos aliados ao governo Lula que tiveram protagonismo na Reforma Sanitária tem apresentado propostas de flexibilização do projeto e aproximando-se das perspectivas da Terceira Via (PT, PSB, PMDB).

### **Referências Bibliográficas**

BERHRING, Elaine. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

BRAVO, Maria Inês de Souza. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. Rio de Janeiro: Cortez, 2007.